

# ACESSIBILIDADE METODOLÓGICA NOS LABORATÓRIOS DE QUÍMICA DOS INSTITUTOS FEDERAIS: UMA ANÁLISE TEÓRICA E NORMATIVA

Esther Oliveira Coqueiro<sup>1</sup>  
Cosme Pereira da Silva Filho<sup>2</sup>  
Adelson Sousa Barbosa<sup>3</sup>  
Aldinéia Aguiar de Andrade<sup>4</sup>  
Álvaro de Azevedo Alves Brito<sup>5</sup>  
Fernando de Azevedo Alves Brito<sup>6</sup>

## RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo conhecer, a partir das produções bibliográficas e das normas jurídicas vigentes, o porquê de assegurar-se a acessibilidade metodológica nos laboratórios de química dos Institutos Federais. A acessibilidade metodológica, no âmbito educacional, tem, como fim, a extinção ou, ao menos, a diminuição das barreiras e dos impedimentos existentes nas metodologias de ensino/aprendizagem, de modo a promover a inclusão de pessoas com deficiência. Isso busca tornar o ambiente escolar mais acolhedor e diverso, impulsionando e facilitando, ainda, o desenvolvimento de discentes com essas características. Se há a utilização de procedimentos e métodos específicos nos laboratórios de química, é preciso que eles estejam acessíveis a estudantes com deficiência, até mesmo porque a Constituição Federal de 1988, em seu art. 205, reconhece a todos o direito à educação e, em seu art. 206, I, estabelece que o ensino deve assegurar a igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola. Os estudos e análises documentais realizados — o que foi reforçado pelos estudos e análises bibliográficos — apontaram para a necessidade de realização de práticas de educação inclusiva nos Institutos Federais, o que envolve necessariamente a garantia da acessibilidade metodológica em seus laboratórios. Entendeu-se que isso é essencial para que se consolide a permanência de discentes com deficiência nos cursos em que estão matriculados, sejam eles de nível superior (graduação e pós-graduação) ou de nível técnico (integrado e subsequente). A opção metodológica foi por uma pesquisa exploratória, de revisão bibliográfica e de análise documental.

**Palavras-chave:** Acessibilidade Metodológica, Laboratório, Ensino de Química, Educação Inclusiva, Institutos Federais.

---

<sup>1</sup> Graduanda do Curso de Licenciatura em Química do Instituto Federal da Bahia (IFBA), Campus Vitória da Conquista. E-mail: estheroliveira.quimica@gmail.com;

<sup>2</sup> Graduando pelo Curso de Licenciatura em Química do Instituto Federal da Bahia (IFBA), Campus Vitória da Conquista. E-mail: cosme7595@gmail.com;

<sup>3</sup> Graduando do Curso de Licenciatura em Química do Instituto Federal da Bahia (IFBA), Campus Vitória da Conquista. E-mail: adelsonsousa476@gmail.com;

<sup>4</sup> Graduanda do Curso de Licenciatura em Química do Instituto Federal da Bahia (IFBA), Campus Vitória da Conquista E-mail: aldineiaaguiar20166@gmail.com;

<sup>5</sup> Professor de Direito da Faculdade Anhanguera e da UNINASSAU, no Município de Vitória da Conquista/BA. Advogado e Mestre em Direito (UFBA). E-mail: a\_avesbrito@yahoo.com.br.

<sup>6</sup> Professor de Direito do Instituto Federal da Bahia (IFBA), Campus Vitória da Conquista. Doutor em Direito (UFBA). Mestre em Ciências Ambientais (UESB). E-mail: fernando.brito@ifba.edu.br.

## INTRODUÇÃO

Os laboratórios dos Institutos Federais, bem como aqueles existentes em qualquer Instituição de Ensino, são de fundamental importância para a educação de jovens e adultos, sobretudo para a realização de pesquisas nas mais diversas áreas. Nesses locais, estudantes, professores e demais pesquisadores desempenham um papel crucial para o desenvolvimento de certos estudos e experimentos práticos, que possibilitam, de forma lúdica, o entendimento da química (Tobin, 1986; Macedo *et al.*, 2018). Considerando a relevância dos laboratórios dentro de uma Instituição de Ensino, torna-se essencial que esses locais sejam minimamente adaptados para que todos sintam-se, de fato, acolhidos e integrados, uma vez que a igualdade de condições na educação deve ser assegurada a todos os sujeitos escolares indistintamente (Brasil, 1988).

Segundo os estudos de Sasaki (2005) e de Evangelo (2014), existem seis tipos de acessibilidade: a atitudinal, a arquitetônica, a comunicacional, a instrumental, a metodológica e a programática. Enquanto a acessibilidade atitudinal é fundamental por formar a base para discutir-se as demais acessibilidades — por mirar a ausência de preconceito, estigma, estereótipos e discriminação em relação aos indivíduos em geral —, a acessibilidade arquitetônica requer a ausência de barreiras físicas nos espaços e transportes, de modo a garantir que os ambientes estejam livres de obstáculos físicos; a acessibilidade comunicacional requer a eliminação de barreiras na comunicação interpessoal, escrita e virtual, o que inclui o aprendizado da linguagem de sinais, o uso de textos em Braille e o emprego de outras tecnologias assistivas; a acessibilidade metodológica requer a inexistência de barreiras nos métodos de estudo, técnicas de trabalho e práticas da vida diária; a acessibilidade instrumental requer a ausência de barreiras em ferramentas para o trabalho ou para vida diária; e a acessibilidade programática requer frequentemente a inserção do tema em políticas públicas, leis, decretos, regulamentos e outras normas institucionais ou corporativas (Sasaki, 2005; Evangelo, 2014).

Criar acessibilidade efetiva dentro de qualquer Instituição de Ensino requer entender esses variados tipos e como cada um deles pode ser implementado, adaptando-se a diferentes tipos de deficiência. Isso porque a acessibilidade não é uma solução única para todos, apesar de a acessibilidade atitudinal, por suas características, ter a vantagem de ser universalmente aplicável a todas as situações e tipos de deficiência (Sasaki, 2005; Evangelo, 2014). Isso vale, inclusive, para a acessibilidade metodológica, nuance de acessibilidade escolhida para nortear esta pesquisa.

Acredita-se, de início, que a inexistência de acessibilidade metodológica nos laboratórios de química pode prejudicar o processo de ensino/aprendizagem de estudantes com os mais diversos tipos de deficiência, autismo, transtornos e distúrbios de comportamento e de aprendizagem, podendo, inclusive, comprometer avanços institucionais no sentido de promover as outras dimensões de acessibilidade. Até mesmo porque sem métodos de ensino adaptados aos estudantes com necessidades especiais, eles seriam impedidos de usufruir, no processo educativo, das possibilidades proporcionadas, por exemplo, por adaptações instrumentais e arquitetônicas.

Considerando que a legislação brasileira, assegura a todos o acesso e a permanência na educação, assegurar a acessibilidade metodológica aparenta ser instrumento valioso para a materialização de diretrizes normativas presentes na Constituição Federal de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Sendo assim, a presente pesquisa adotará uma abordagem qualitativa e exploratória, por meio da análise documental e da revisão bibliográfica, recorrendo-se a fontes bibliográficas e documentais que se relacionem com o tema da acessibilidade metodológica e com a educação inclusiva. A opção metodológica favorecerá, outrossim, a investigação de aspectos relacionados com a acessibilidade metodológica no contexto dos laboratórios de química, com o fito de contribuir para as discussões em andamento sobre a promoção de um ambiente educacional inclusivo nos Institutos Federais.

Destaca-se que o referido estudo teve como objetivo geral conhecer, a partir das produções bibliográficas e das normas jurídicas vigentes, o porquê de assegurar-se a acessibilidade metodológica nos laboratórios de química dos Institutos Federais. Para tanto buscou-se atender os seguintes objetivos específicos: (a) investigar fundamentos teóricos e normativos da educação inclusiva no Brasil, de modo a caracterizá-la em breves linhas; (b) pesquisar sobre a acessibilidade nas instituições de ensino, de modo a evidenciar a sua abrangência no cenário educacional atual; e (c) analisar as normas jurídicas vigentes, com a finalidade de entender como o porquê se deve assegurar a acessibilidade metodológica nos laboratórios de química dos Institutos Federais.

## **METODOLOGIA**

No presente estudo, escolheu-se como metodologia, a pesquisa de natureza exploratória e qualitativa, por meio da análise documental e da revisão de literatura. De acordo com Gil, (2002) convém essa estratégia metodológica quando há a aproximação do pesquisador com o

objeto de estudo e quando se pretende estudar e analisar materiais (como livros, dissertações, teses e artigos) já existentes, realizando novas análises, aprimorando ideias e trazendo novas contribuições e reflexões para determinado tema.

Sendo assim, a metodologia escolhida condiz com o caminho a ser trilhado por este estudo, o qual pretende compreender o porquê de assegurar-se a acessibilidade metodológica nos laboratórios de química dos Institutos Federais, sobretudo no Curso de Licenciatura em Química do IFBA – *Campus* Vitória da Conquista. Para isso, foram analisadas normas técnicas, leis e a literatura científica especializada, como forma de demonstrar a necessidade de assegurar-se a acessibilidade metodológica nos laboratórios dos Institutos Federais.

## REFERENCIAL TEÓRICO

### O CONTEXTO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL

O acesso ao ensino de qualidade é algo primordial e é direito de todos. Deve, ademais, ser ofertado de forma igualitária a crianças, jovens e adultos, como forma de desenvolver a pessoa, formar o cidadão e não apenas se concentrar em preparar os indivíduos para o mercado de trabalho (Brasil, 1998). Pensando nisso, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) elaborou, em 1990, a Declaração Mundial de Educação para Todos, com o intuito de assegurar a implementação da educação de forma igualitária em todos os níveis de ensino. Com relação às pessoas com algum tipo de Necessidade Educacional Específica (NEE), a referida Declaração estabeleceu a necessidade de uma atenção especial em busca da plena oferta de uma educação de qualidade e com igualdade de oportunidades para os portadores de algum tipo de deficiência (Lima *et al.*, 2022; UNESCO, 1990).

O supracitado documento reconheceu, portanto, a importância da universalização da educação básica para que todos tenham iguais oportunidades de aprendizagem e sejam incluídos no mesmo ambiente de ensino, sejam essas pessoas portadoras ou não de algum tipo de necessidade específica. A ideia seria, assim, socializar a educação para que todos viessem a se sentir inseridos no ambiente educacional (Souza; Kerbauy, 2018).

Nesse contexto, a menção às NEE envolve a ideia de que crianças e adolescentes que tenham limitações sensoriais, físicas, intelectuais e emocionais, inserindo-se no grupo de pessoas que de alguma forma apresentam algum tipo de dificuldade de aprendizagem, tenham uma atenção especial, o que abarca a adaptação de algumas atividades em sala, com o objetivo de que elas venham a ser realizadas em conjunto com toda a turma, comunidade etc., com o fito

de implementar uma pedagogia centralizada no educando em questão (Correia, 1999; UNESCO, 1994).

Considerando essas discussões acerca do surgimento das primeiras ideias de inclusão e igualdade no âmbito da educação básica, destaca-se o contexto histórico desse movimento inclusivo na educação brasileira. No Brasil, o marco legal da educação inclusiva se oficializa com o surgimento da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Essa lei estabelece um capítulo específico para tratar da educação especial (art. 58 ao 60) e apresenta a importância de se implementar e se assegurar a educação igualitária para todos no ambiente escolar (Brasil, 1996).

Nessa mesma linha, a Resolução do Conselho Nacional de Educação/CEB nº. 2/2001 define as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica e assegura, em seu art. 2º, a responsabilidade dos sistemas educacionais — em especial, das escolas — em ofertar a educação igualitária para todos os ingressantes no ambiente, bem como se organizar para acolher e inserir os estudantes com NEE no ambiente de sala de aula, de forma que todas as barreiras educacionais sejam extintas (Brasil, 2001).

## A ACESSIBILIDADE NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO E OS LABORATÓRIOS DE QUÍMICA

O conceito de acessibilidade surgiu mediante a necessidade de assegurar-se os direitos humanos essenciais de pessoas que possuíam algum tipo de deficiência específica e que, de alguma forma, precisavam de cuidados especiais. O termo “acessibilidade” se tornou mais relevante após o término da Segunda Guerra Mundial e das guerras do Vietnã e da Coreia, uma vez que, durante essas guerras, muitos foram os soldados que ficaram com sequelas, mutilados e necessitavam de atenção especial em relação aos cuidados de locomoção ou realização de atividades essenciais (Feitosa; Righi, 2016).

A “acessibilidade”, apesar de estar relacionada com a existência de condições pela qual uma pessoa possa ser inserida em um dado contexto, ambiente ou situação e possa ter a sua permanência assegurada, é comum ouvir ou ler um equívoco relacionado à confusão entre os conceitos de “acesso” e “acessibilidade”. A primeira se refere à existência de condições pela qual uma pessoa possa chegar ou ser incluída em uma situação diferente de um contexto anterior, ou seja, a pessoa passa a ter acesso a condições pela qual ela não tinha antes. Já a acessibilidade vai muito além do simples acesso, ela busca assegurar que essa pessoa possa

usufruir de um espaço condizente com a sua realidade e que ali haja condições mínimas para a acolhimento e a permanência dessa pessoa (Manzini, 2005).

Considerando esse contexto, a existência de condições de acessibilidade se faz essencial em qualquer que seja o ambiente, uma vez que é primordial a adaptação de espaços físicos e a eliminação de barreiras que porventura possam limitar direitos essenciais de pessoas com algum tipo de Necessidade Educacional Específica (NEE). Isso deve, de igual forma, ser observado em espaços institucionais particulares, a exemplo dos laboratórios utilizados para o ensino da Química (Barbosa *et al.*, 2023).

Nos laboratórios, é essencial que haja condições de acessibilidade que permitam que pessoas com NEE possam usufruí-lo da melhor forma possível e possam, sem maiores restrições, desenvolver, com qualidade e como qualquer outro estudante, as atividades educacionais necessárias para sua formação científica. No entanto, cabe aqui salientar que não são somente as barreiras arquitetônicas que limitam a acessibilidade dentro dos espaços físicos dos laboratórios. Sasaki (2009) e Evangelo (2014) reconhecem ao menos seis tipos de acessibilidade: além da arquitetônica, as acessibilidades atitudinal, metodológica, comunicacional, instrumental e programática são exemplos de barreiras que necessitam de atenção especial dentro das Instituições de Ensino, sobretudo dos Institutos Federais.

As barreiras metodológicas, reconhecidas por Sasaki (2009) e Evangelo (2014), são sem dúvida um dos obstáculos para o ingresso e a permanência de estudantes com NEE nos cursos de nível superior, que porventura necessitam da utilização dos espaços físicos dos laboratórios. No que diz respeito a esse tipo de acessibilidade, Evangelo (2014) afirma que as adaptações de metodologias são necessárias para o atendimento de estudantes com NEE, o que requer inovação e um estudo conectado com a realidade da escola e, sobretudo, com as necessidades específicas de cada estudante.

Em ambiente laboratorial, sobretudo nos laboratórios de química, é essencial que os professores e toda a comunidade acadêmica trabalhem em conjunto visando adaptar materiais e qualificar as formações dos profissionais com o intuito de propor metodologias mais coerentes e acessíveis com a realidade dos estudantes com NEE. Isso no intuito de viabilizar e facilitar o ensino não só de conteúdos da Química, como também de todas as áreas do saber que porventura venham a utilizar os laboratórios para práticas educacionais (Evangelo, 2014).

Os Institutos Federais não são excluídos dessa realidade, devendo, pois, assegurar a acessibilidade em suas dependências, incluindo salas de aula e laboratórios, e investir em capacitação de docentes e de técnicos administrativos para que sejam capazes de adaptar e

implementar, com sucesso, métodos de favoreçam condições de ensino/aprendizagem aos estudantes com NEE.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Tendo em vista à opção metodológica adotada, a apresentação/discussão dos resultados obtidos dá-se em duas dimensões: a primeira, refere-se à revisão bibliográfica, sobre os dados teóricos coletados, e a segunda, refere-se à análise documental, sobre os dados coletados nos documentos e normas vigentes.

### **QUANTO À REVISÃO BIBLIOGRÁFICA**

A revisão bibliográfica acerca do tema promoveu uma junção de conceitos e conhecimentos de relevância para o estudo. A acessibilidade metodológica pode ser entendida como um dos princípios educacionais cujo objetivo é contribuir para que todas as pessoas possam ter acesso à educação, o que ocorre através da quebra de barreiras metodológicas às pessoas com necessidades educacionais específicas, o que, ao certo, deve ser observado nos laboratórios de Química.

As fontes bibliográficas estudadas evidenciaram esse entendimento, além de irem ao encontro da normatização brasileira, que defende e reconhece a educação como um direito de todos os cidadãos e, por conseguinte, dos indivíduos com NEE. Nesse sentido, é válido ressaltar que, pelo menos a nível teórico, foi analisado que a acessibilidade metodológica nas instituições de ensino é tida como fundamental para promover tanto o acesso quanto à permanência de estudantes com NEE no contexto educacional, o que se aplica aos Institutos Federais.

Quanto à relevância da acessibilidade metodológica nos laboratórios de química, constatou-se ser fundamental, isso porque desempenha um papel importante na formação de todos os alunos. Portanto, a materialização da acessibilidade metodológica, além de ser uma exigência legal, representa uma contribuição importante ao exercício do direito à educação por estudantes com NEE, corroborando, assim, não apenas para o seu acesso, como, também, para a sua permanência nas Instituições de Ensino, o que igualmente se aplica aos Institutos Federais.

Considerando, ademais, as particularidades do Curso de Química, que requer um amplo desenvolvimento teórico e prático do estudante para pesquisas experimentais, a não materialização da acessibilidade metodológica nos laboratórios, pode inviabilizar a permanência de discentes com NEE no Curso.

## QUANTO À REVISÃO DOCUMENTAL

A análise documental envolveu fontes normativas internacionais e nacionais. Assim, foi observado que os dados analisados se coadunam com os dados coletados através das fontes bibliográficas, logo, foi possível elaborar-se as conclusões deste estudo.

Ao analisar a Declaração Mundial de Educação para Todos, foi possível constatar que a educação deve garantir a todos a satisfação das necessidades básicas de aprendizagem, levando-se em consideração a singularidade de cada indivíduo. Além disso, o referido documento também reconhece que as pessoas com NEE requerem uma atenção especial, o que demanda a adoção de medidas que garantam igualdade de acesso e de permanência no ensino a essas pessoas.

Ao analisar a Constituição Federal de 1988, foi possível constatar que a educação também deve ser assegurada às pessoas com NEE, visto que é um direito de todos. Além disso, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, apresenta a importância de se ter igualdade de condições para acesso e permanência nas instituições de ensino a todos os alunos, o que inclui, os estudantes com deficiência. Por fim, convém ressaltar que esse aspecto também pode ser observado pela Resolução do Conselho Nacional de Educação/CEB n°. 2/2001, ao defender, em seu art. 2º, a oferta de educação igualitária para todos.

Portanto, através da coleta e da análise dos dados documentais e bibliográficos, constatou-se a necessidade e a importância de todas as Instituições de Ensino promoverem uma educação inclusiva, por meio da acessibilidade metodológica, e que essa promoção também deve se estender aos laboratórios de química dos Institutos Federais.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista tudo já explanado, entendeu-se que a acessibilidade e a educação inclusiva são componentes basilares no ambiente escolar e que andam entrelaçados com a plena oferta de uma educação para todos. A acessibilidade e a educação inclusiva devem ser inseridas no ambiente educacional de quaisquer Instituições de Ensino, sejam públicas ou privadas, uma vez que são conceitos relevantes para o acesso e a permanência de pessoas com NEE na comunidade acadêmica/escolar. Isso, outrossim, vale para os Institutos Federais.

No que diz respeito à acessibilidade metodológica, os resultados mostraram que, em ambiente laboratorial, a utilização de metodologias que permitam a inclusão de estudantes com NEE é uma exigência legal e que pode estimular/motivar esses estudantes a permanecerem no curso de Química.

Em suma, as barreiras metodológicas podem ser rompidas com a qualificação profissional e com a adaptação do espaço físico do ambiente laboratorial para que seja suscetível a aplicação de novas metodologias. Isso porque a acessibilidade metodológica entrelaça-se com outros tipos de acessibilidade e, uma vez implementada, favorece que os estudantes com NEE sejam incluídos nas práticas educacionais regulares desenvolvidas nos laboratórios.

## REFERÊNCIAS

BARBOSA, A. A.; SILVA FILHO, C. P.; COQUEIRO, E. O.; BRITO, A. de A. Á.; BRITO, F. de A. A. Acessibilidade arquitetônica nos laboratórios de química dos Institutos Federais: uma análise teórica e normativa. *In: Anais do II Seminário Internacional de Educação, Direitos Humanos e Cidadania*, Maceió - AL: Editora Kattleya, 2023. v. II. p. 661-679.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Disponível em: [www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm). Acesso em: 17 abr. 2023.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução n. 2, de 11 de setembro de 2001**. Brasília: CNE/CEB, 2001.

CORREIA, Luís de Miranda. **Alunos com Necessidades Educativas Especiais nas Classes Regulares**. Porto: Porto editora, 1999.

EVANGELO, Larissa Silva. **Avaliação da acessibilidade e mobilidade arquitetônica em escolas de ensino fundamental de Viçosa/MG**. Viçosa: UFV, 2014. 155p. (Dissertação - Mestrado - Curso de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Viçosa).

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

TOBIN, Kenneth. Secondary Science Laboratory Activities. **European Journal of Science Education**, v. 8, n. 3, 1986. 549-560p.

LIMA, F. S. C. de *et al.* Educação Inclusiva no Ensino de Ciências e de Química - Uma revisão da literatura sobre as propostas pedagógicas direcionadas a estudantes com desenvolvimento atípico. **Ciência e Natura**, Santa Maria, v. 44, e32, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.5902/2179460X67178>. Acesso em: 18 abr. 2023.

FEITOSA, Lucas de Souza Ramalhaes; RIGHI, Roberto. Acessibilidade Arquitetônica e Desenho Universal no Mundo e Brasil. **Revista Nacional de Gerenciamento de Cidades**, v. 04, n. 28, p. 15-31, 2016.

MACEDO, G. M. E. *et al.* **A utilização do laboratório no ensino de química: facilitador do ensino – aprendizagem na Escola Estadual Professor Edgar Tito em Teresina, Piauí**. 2018. Disponível em: <http://congressos.ifal.edu.br/index.php/connepi/CONNEDI2010/paper/viewFile/1430/492>. Acesso em: 13 mar. 2023.



MANZINI, Eduardo José. Inclusão e Acessibilidade. **Revista da Sobama**, Dez. 2005, Vol. 10, n.1, Suplemento, p. 31-36. Disponível em: <http://fio.edu.br/site2013/images/NAU/001d-%20manzini%202005%20accessibilidade.pdf>. Acesso em: 18 abr. 2023.

SASSAKI, R. K. Inclusão: o paradigma do século 21. **Revista Inclusão**. Ano I, n. 1, p. 19-23, out., 2005.

SOUZA, Kellcia Rezende; KERBAUY, Maria Teresa Miceli. O direito à educação básica nas declarações sobre educação para todos de Jomtien, Dakar e Incheon. **Revista on line de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, v. 22, n. 2, maio/ago. 2018, p. 668-681. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/download/11679/7624/33950>. Acesso em: 18 abr. 2023.

UNESCO. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos (Conferência de Jomtien – 1990)**. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-mundial-sobre-educacao-para-todos-conferencia-de-jomtien-1990>. Acesso em: 18 abr. 2023.

UNESCO. **Declaração de Salamanca Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais (Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais - Salamanca, 1994)**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 18 abr. 2023